

ADMINISTRAÇÃO GERAL

ASSUNTOS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO

A Escola Nacional de Administração, Nova Experiência Francesa

ISNARD GARCIA DE FREITAS

DENTRE as realizações de maior vulto e importância empreendidas pela França na fase do após-guerra, merece especial registo a Escola Nacional de Administração.

Instituída em 1945, pelo Governo Provisório do General De Gaulle, a E.N.A. desfruta, já hoje, decorridos apenas dez anos da sua criação, de merecido prestígio no cenário internacional, mercê dos alevantados objetivos que persegue, dos meios eficazes de que se tem socorrido para realizá-los e, principalmente, do elevado espírito patriótico que a anima, traço marcante da Escola, que nem mesmo ao apressado observador estrangeiro passa despercebido.

Se a fase do após-guerra, com os seus dramáticos problemas a desafiam a capacidade dos administradores, foi decisiva para a criação da E.N.A. podemos, não obstante, afirmar que apenas *precipitou* o seu aparecimento, uma vez que o imperativo da formação de uma classe administrativa altamente dotada — razão de ser da E.N.A. — é hoje, na França como nos demais países do mundo, de natureza *permanente*, isto é, fruto não apenas das épocas anormais, de grandes desajustamentos ou de graves convulsões, mas da própria ação do Estado moderno, cujas funções nos campos económico e social dia a dia mais se afirmam.

* * *

Em passado não muito distante, a administração pública francesa chegou a ser considerada a melhor do mundo. Já antes da primeira guerra mundial, entretanto, ressentia-se ela de imperfeições, perdera bastante da sua eficiência antiga. Tornara-se, sobretudo, "complicada", no dizer de muitos.

Os problemas administrativos cada vez mais complexos que emergiram no período entre as duas guerras; os anos trágicos e vividos pela nação durante a grande conflagração de 1939-1945; finalmente, o após-guerra, com o país profundamente convulsionado, desordenado em todos os seus setores de atividades — tudo isto veio tornar imperativo, inadiável, para o Governo Provisório que se instalou no país após a Libertação, o início de uma grande obra de reconstituição e remodelação do aparelhamento administrativo do

Estado, que compreendia, como um dos seus principais pontos, nova composição dos quadros dirigentes da administração.

A prioridade atribuída a êsse aspecto da reforma administrativa apoiava-se, pois, em sólidas razões, umas de origem recente, outras de mais remoto surgimento.

As causas recentes eram, naturalmente, oriundas da própria guerra recém-terminada e da presença dominadora do inimigo em solo francês, durante quase toda a duração do conflito. Expulso o invasor em 1944, desalojado do poder o Governo de Vichy, passaram os quadros dirigentes por uma verdadeira "depuração", abrindo-se nêles sensíveis claros. E' que um certo número de altos funcionários, dos quais muitos considerados homens de real valor, haviam servido com demasiada dedicação e solicitude sob a ocupação e não mereciam, assim, continuar ligados à administração do país quando não deveriam, mesmo, alguns, ser tratados como verdadeiros criminosos, a serem levados às barras dos tribunais. Urgia, pois, saíear os quadros, mas como corolário dessa depuração empobrecia-se uma elite dirigente.

Juntem-se a êste fator de desequilíbrio outras circunstâncias na época agravantes — por exemplo: o ingresso, em postos de responsabilidade, nos primeiros meses que se seguiram à Libertação, de elementos insuficientemente preparados, saídos das fileiras da Resistência ou das frentes de combate; a admissão, pelo Governo de Vichy, de um grande número de funcionários novos, sem formação e treinamento adequados, para serviços de tempo de guerra; finalmente, um imenso contingente de servidores "contratados" admitidos independentemente de verificação de competência, pôsto que de caráter ocasional ou ligado ao Estado apenas por um vínculo provisório — e ter-se-á, em rápido bosquejo, a noção de conjunto das causas recentes ou imediatas da debilidade de que padecia a administração francesa naquela fase dramática da vida do país.

Mas, como dissemos acima, pesavam ainda fatôres outros, mais remotos, na diminuição da antiga eficiência do serviço público. Um dêles, bastante expressivo, ligava-se à política de recrutamento e seleção para os altos postos, aí compreendidos os dois chamados *grands corps de l'Etat* (1) e os das administrações centrais dos Ministérios — um grupo correspondente à chamada "classe administrativa" do serviço civil inglês.

O recrutamento e a seleção para tais postos eram feitos através de numerosos concursos, de cunho quase sempre especializado, organizados pelos próprios órgãos interessados. Por outro lado, integrando as bancas examinadoras quase exclusivamente elementos ligados àqueles órgãos, eram os selecionadores, em regra, muito mais influenciados pelos particularismos dos serviços do que pelos interêsses gerais da administração.

Conseqüências inevitáveis de tal sistema seriam a ampliação das tendências próprias de cada ramo da administração, o isolamento dos setores

(1) Órgãos centrais, com funções controladoras. Aí se incluem o Conselho de Estado, a Inspeção Geral de Finanças, a Côte (ou Tribunal) de Contas, a Inspeção Geral de Administração do Ministério do Interior.

numa individualização levada ao exagêro e o surgimento, no seio de cada um dos grandes grupos de funcionários do serviço civil francês, de um *esprit de corps* sob muitos aspectos contrário ao próprio interesse do Estado, porque, se por um lado unia os indivíduos de um mesmo grupo, por outro lado separava os grupos com excessiva nitidez.

Daí, como viram muitos observadores, uma administração dividida, formada de verdadeiros compartimentos estanques, em que os serviços frequentemente se ignoravam ou se contrariavam, em vez de um conjunto coordenado e bem articulado, trabalhando em uníssono para os superiores interesses do Estado.

Finalmente, uma crítica resultante em grande parte do sistema de recrutamento de pessoal era, de longa data, dirigida à alta administração do país: a de que ela não apelava suficientemente para tôdas as classes sociais da nação, reservando, ao contrário, à grande burguesia participação mais larga na composição dos *grands corps*, os quais tinham — como ainda têm — raízes profundas naquela classe abastada, dotada de recursos amplos para a instrução dos filhos. Falava-se até em “dinastias” de altos funcionários: famílias que, através de sucessivas gerações, afirmaram a sua presença em postos elevados do Estado. Se essa dedicação à causa pública é de alta significação e merece, portanto, ser louvada, não devia, entretanto, ser estimulada a tal ponto, como era o caso que outras categorias sociais do país fôsem por assim dizer afastadas do acesso aos altos cargos.

* * *

Uma reforma de base do serviço civil francês era, assim, imperiosa, e isto o compreendeu bem na primeira e difícil hora do retôrno do país à sua vida própria, o Governo Provisório a cuja frente se encontrou o General De Gaulle.

Em 1945 uma vasta obra legislativa foi completada, através da aprovação de uma série de atos que abrangiam, entre outras, as seguintes matérias:

— a instituição, no serviço civil francês, de dois grandes grupos de funcionários “administrativos” (excluídos, portanto, os funcionários “técnicos” de várias especializações), a exemplo do serviço civil inglês:

- a) a classe dos *administradores civis (administrative class)*;
- b) a classe dos *secretários de administração (executive class)*;

— o recrutamento e formação adequada da classe dos administradores civis, a cargo da Escola Nacional de Administração, então criada;

— a criação de Institutos de Estudos Políticos junto a diversas universidades, destinados a completar o ensino de ciências sociais, administrativas e econômicas ministrado nas faculdades de direito e de letras;

— a criação, junto à presidência do Conselho, (2) de um órgão destinado à coordenação dos assuntos relativos ao pessoal do serviço público;

(2) Conselho de Ministros ou gabinete, que exerce o poder executivo.

- a instituição de um Centro de Altos Estudos Administrativos e de uma Fundação Nacional de Ciências Políticas;
- a regulamentação das atividades dos novos organismos criados.

A ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO

Entre os vários pontos da reforma encetada, destacamos, pela sua primordial importância, a nova Escola Nacional de Administração, "... encarregada da formação dos funcionários que se destinam ao Conselho de Estado, à Corte de Contas, às carreiras diplomática e prefeitoral, à Inspeção-Geral de Finanças, ao corpo de administradores civis, bem como a outros corpos determinados por decreto..." (*Ordonnance* n.º 45-2.283, de 9 de outubro de 1945 — art. 5).

A Escola realiza duplo objetivo, pois além de formar a classe de funcionários de alto nível, destinada aos serviços civis mais importantes do Estado, ela assegura, para esses serviços, um regime de recrutamento ao mesmo tempo lógico, eficiente e democrático. Esse último objetivo deve, aliás, em obediência a critério lógico, preceder o outro na apreciação da matéria, razão por que passamos, a seguir, a focalizá-lo.

O novo regime de recrutamento

O sistema de recrutamento em vigor até 1945 era, como foi dito acima, o dos concursos múltiplos e especializados, a cargo dos próprios ministérios e outros órgãos interessados — sistema que, também se ressaltou, apresentava falhas, não mais satisfazendo às exigências de uma boa política de pessoal no serviço público.

A Escola veio assegurar um bom recrutamento para a classe dos "administradores civis", substituindo algumas dezenas de concursos por um concurso anual de grande repercussão, que atrai sempre centenas de candidatos qualificados, tornando possível, assim, não obstante as difíceis provas a que são submetidos, a seleção de um grupo suficientemente numeroso de jovens saídos das universidades ou dos próprios quadros do funcionalismo público, para futuros postos na alta administração.

Na verdade, deve-se falar em *dois* concursos de admissão à Escola, e não em *um* único:

- um, aberto aos jovens até 26 anos, de instrução de nível superior, comprovada pela apresentação de diplomas ou certificados que a regulamentação expressamente menciona;

- outro, aberto aos candidatos de 26 anos no mínimo e 30 no máximo, com tempo de serviço não inferior a cinco anos na administração.

A dualidade de concursos é julgada necessária, a fim de não se negar oportunidade de acesso aos altos postos às diferentes clientelas que a eles aspiram.

O primeiro, destinado aos candidatos mais jovens, estranhos à administração, deve, por isto mesmo, evitar tanto quanto possível a especialização

de conhecimentos, para, ao contrário, dar ênfase aos problemas gerais de natureza política, administrativa, econômica ou social. Em lugar, pois, de exames especializados, utiliza a seleção, basicamente, provas que avaliam a cultura geral, a inteligência, as aptidões, eis mesmo a personalidade e o caráter dos candidatos. E' bem verdade que algumas provas especiais são também ministradas, com o fim de permitirem aos candidatos dar mostra dos conhecimentos especializados que anteriormente hajam adquirido, assim como das suas tendências vocacionais. Tais provas, escolhidas livremente pelos candidatos, entre as matérias ensinadas nas universidades ou outros estabelecimentos de ensino superior, não pesam, porém, tanto quanto as outras, no resultado final da seleção.

Uma vez habilitado no concurso e admitido à Escola, adquire o candidato a condição de "funcionário estagiário", pago pelos cofres públicos e detentor de outros direitos e vantagens assegurados aos servidores do Estado, como funcionário que imediatamente passa a ser. Assim, os obstáculos de ordem financeira antes encontrados pelos componentes de camadas modestas da população, na sua aspiração de atingirem os altos postos administrativos, são consideravelmente diminuídos; o regime do funcionário-estagiário permite que também os economicamente fracos devam tempo integral à preparação para aqueles postos, sem preocupações materiais com o seu sustento.

O segundo concurso, reservado aos funcionários, exige, para inscrição, uma experiência de cinco anos de serviço público, dispensada a apresentação de diploma ou certificado de curso superior. Mas não se receia, com isto, o abaixamento do nível da seleção, que é, também para este grupo, de alto rigor. Ao contrário, acredita-se que uma real vantagem é assegurada pelo sistema: a ampliação da área de recrutamento, possibilitando o ingresso, na alta administração, dos melhores elementos existentes nos serviços, além da participação, naquela esfera, de classes sociais que antes dificilmente ultrapassavam os postos de nível médio, pela falta de oportunidade de uma adequada preparação. O tempo que os funcionários passam na Escola, inteiramente desligados dos respectivos serviços, é, para todos os efeitos, considerado como de efetivo exercício. Têm, assim, a segurança e tempo necessários para se dedicarem inteiramente à preparação escolar, preencherem lacunas na sua formação e adquirir em suma precioso cabedal para ser pôsto a serviço das crescentes responsabilidades futuras.

Vê-se, do acima exposto, que o sistema de recrutamento é inspirado em preocupações realmente democráticas — camadas da população que outrora careciam de meios para cumprir dispendiosos estudos superiores dispõem, agora, pelo menos em parte, desses meios, indispensáveis para alcançarem os altos postos do serviço público.

* * *

Mas o traço mais original da Escola, que a distingue dos estabelecimentos de ensino ou de treinamento para o serviço público existentes nos vários países, reside, a nosso ver, no fato de que ela não prepara simples

candidatos a cargos públicos, isto é, pessoas ainda estranhas à administração, que se devam sujeitar a futuras competições públicas e ao confronto com indivíduos de várias procedências. A Escola é, ao contrário, centro de preparação exclusiva de pessoas que já gozam da condição de *funcionários*. A primeira, a grande competição pública para os cargos é o concurso de admissão; uma vez admitidos, já são os alunos servidores do Estado. O cargo público não está, porém, assegurado com a admissão à Escola: são os anos que os alunos ali passam que vão confirmá-los ou não no serviço do Estado e, o que é também de suma importância, que vão determinar o destino inicial, quase sempre decisivo, de cada um na administração — se o Conselho de Estado, a Corte de Contas, a Inspeção-Geral de Finanças e uns poucos mais sempre tão ambicionados, ou se outras carreiras consideradas menos brilhantes... Dura competição, em que os mais capacitados levarão a melhor parte.

O que está fora de dúvida entretanto é que a admissão à Escola já significa algo de real, de concreto, quase de imediato — isto é, uma carreira praticamente assegurada, não uma mera perspectiva. Compara-se, sob tal ponto de vista, com as escolas de formação dos oficiais militares, em que os alunos, uma vez concluído o curso, iniciam automaticamente uma carreira.

Na nossa convivência diária, durante um ano, com os alunos, na qualidade de *auditeur libre*, sentimos que eram, como grupo, mais fortemente motivados nos estudos do que os outros grupos com os quais em escolas ou cursos no nosso país e no exterior mantivemos contacto, na condição de professor ou estudante.

E, compreende-se bem que assim seja. A admissão à Escola representa uma conquista dura e um patrimônio que deve ser defendido, porque é uma carreira; a exclusão, por falta de aproveitamento nos estudos, significaria mais do que um simples atraso ou contratempo na vida, pois seria a perda de uma posição conquistada a duras penas, num meio em que a competição cada vez mais renhida se torna.

Por outro lado, uma vez terminados os estudos, os alunos têm a faculdade de escolha dos cargos que vão ocupar nos quadros das várias repartições ou serviços do Estado. As possibilidades de conquista dos melhores cargos dependem exclusivamente da classificação final no curso, na qual pesam as notas de estágios, de exercícios, de provas e de um exame final. Apenas uma minoria dos alunos exerce com êxito este direito de opção, uma vez que os postos mais cobiçados constituem fração pequena do total de lugares disponíveis. Mas os resultados do sistema, para o grupo, no que diz respeito à aplicação aos estudos e aproveitamento, são excelentes; todos se esforçam por uma boa classificação *em todas as fases* do curso de três anos — nos estágios, nos relatórios, nos trabalhos de seminário, nas frequentes provas ministradas no decorrer do segundo ano escolar, nos exames finais — e a formação torna-se metódica, organizada, bem sedimentada.

A formação de funcionários de elite

A Escola preenche este objetivo não só através do *ensino*, que é de alto nível, como da *experiência*. Os três anos de duração do curso estão assim programados:

O primeiro ano, *de estágio*, destina-se a dar aos alunos um conhecimento prático da vida da administração. E' cumprido sempre fora de Paris — nos departamentos (3) metropolitanos ou nos territórios de além-mar. O depoimento de HENRY BOURDEAU DE FONTENAY, Diretor da E.N.A., sobre esta parte do curso, é bastante expressivo (4):

“O primeiro ano compreende o estágio — nós o chamamos “estágio de aclimação” e a êle atribuímos extrema importância. Trata-se, com efeito, para nós, “de contribuir para a formação humana dos alunos, de dar-lhes o sentido da vida e da realidade, em especial da realidade social... de incutir-lhes a significação do Estado e do interesse geral...” Trata-se, também, de colocar os nossos alunos em condições tais que possam fazer uma avaliação exata de si próprios e nós mesmos possamos conhecê-los; em outras palavras, de submeter a prova o seu caráter e personalidade. Para isto, é preciso afastá-los do seu meio, romper com os seus hábitos intelectuais, familiares e sociais, deixando-os como que em estado de disponibilidade. Eis por que nós os colocamos junto de altas autoridades, como os Prefeitos e os Controladores Cíveis no Marrocos, em vez de deixá-los com as administrações centrais, ministérios ou *grands corps*.

Conservamo-los o mais próximo possível da autoridade escolhida para dirigir o estágio e o mais longe possível da sua residência habitual, na África do Norte, nas Prefeituras. De qualquer forma, jamais permanecem em Paris, e, se se dirigem a Prefeituras, nunca àquelas dos departamentos em que residem; se o aluno é do sul, enviamos-lo para o norte e vice-versa”.

.....

“O aluno passa, assim, um ano no estágio. Durante este tempo vamos vê-los, várias vezes cada um. Os estágios não correspondem ao que dêles se espera se não houver um controle assíduo por parte da direção da Escola; é preciso ver o administrador, ver o aluno, retificar tal ou qual medida tomada, levar em conta os frutos da experiência, às vezes remover o aluno. A personalidade do chefe do estágio apresentando, para nós, uma importância extrema, não

(3) Circunscrições territoriais.

(4) La fonction Publique — Recrutement et formation des fonctionnaires — in L'organisation gouvernementale, administrative et judiciaire de la France — La Documentation Française, 1952 — pág. 69.

podemos confiar nossos alunos a quem quer que seja; eis por que, em virtude das mudanças nos postos da administração, remoções de alunos de um para outro ponto são às vezes necessárias”.

No fim dêste primeiro ano os alunos devem redigir um relatório, sôbre assunto inspirado pela realização do estágio. Voltam, em seguida, à Escola.

O segundo ano, cumprido em Paris, é de estudos escolares. Os alunos são, então, repartidos em quatro seções — Administração Geral, Administração Econômica e Financeira, Administração Social e Negócios Exteriores — e devem cumprir um extenso programa de cursos e seminários, assim organizado:

1.º Seminários (*conférences*) sôbre os grandes problemas da vida nacional e internacional contemporânea, em princípio comuns a todos os alunos.

2.º Cursos técnicos sôbre tôdas as matérias relacionadas com o funcionamento dos órgãos para os quais a Escola prepara. Tais cursos são, em princípio, especiais para cada uma das seções; alguns, porém, podem ser comuns a várias delas.

3.º Exercícios práticos e técnicos, como treinamento de pesquisa, de exposição escrita ou oral sôbre problemas administrativos, econômicos, sociais ou exteriores, de formulação de decisões, de trabalho em equipe ou em comissão.

4.º Cursos obrigatórios de línguas estrangeiras, de níveis diferentes segundo o conhecimento inicial dos alunos.

5.º Exercícios obrigatórios de cultura física e, para os que ainda não fizeram o serviço militar, cursos obrigatórios de preparação militar.

O objetivo dêste ciclo de estudos, de onze a doze meses de duração, é duplo:

1.º Completar a cultura geral dos alunos, ministrando-lhes ensinamentos que são necessários em tôda e qualquer administração;

2.º Continuar a dar-lhes a formação administrativa já iniciada com o período de estágio do primeiro ano. Isto é essencial, uma vez que a Escola não pretende fornecer ao Estado professôres ou intelectuais, mas administradores.

Daí o caráter misto do ensino no segundo ano do curso: a Escola *ainda* é, para os alunos, um estabelecimento de ensino superior, mas *já* é também, para êles, um centro de formação profissional.

A fim de atender a êste duplo fim, o programa de ensino compreende, inicialmente, cursos e seminários *comuns* a todos os alunos, sem distinção de seção, e *especiais* ou próprios de tal ou qual seção. Entre os primeiros, alguns não fazem apêlo necessariamente a dados técnicos muito desenvolvidos e constituem, de certo modo, uma transição entre o ensino universitário e o ensino profissional. Outros, ao contrário, apresentam caráter técnico mais acentuado, quando apresentados pela sua importância, a todo o grupo de

alunos. Assim se justifica a distinção feita entre os cursos comuns chamados "gerais" e os cursos comuns denominados "técnicos". A título de ilustração, damos, a seguir, os que foram ministrados em 1955: (5)

I — *Cursos comuns gerais:*

- Problemas de administração pública.
- Dados técnicos da economia industrial francesa.
- A Comunidade Européia do Carvão e do Aço após dois anos de funcionamento.
- O problema social francês.
- O funcionalismo internacional.

II — *Cursos comuns técnicos:*

- O indivíduo, o Estado e a justiça dos tribunais judiciários.
- O financiamento do segundo plano de modernização e equipamento.
- Os problemas de transporte na economia moderna.
- O orçamento social da Nação.
- Os problemas atuais da defesa nacional.
- A evolução recente, política, social e econômica, da África negra.

Além dos seminários e cursos "comuns", cada seção compreende um programa extenso de cursos e seminários "especiais", sôbre os problemas de interesse peculiar de cada uma. Tomemos, ainda, como exemplo, o ano de 1955: (6)

I — *Seção de Administração Geral:*

Cursos:

- a) Contencioso administrativo.
- b) Problemas da formação profissional na França.

Seminários:

- a) Matérias constitucionais, administrativas e judiciárias (organização constitucional; organização administrativa e projetos de reforma; direito público; contencioso administrativo; os serviços públicos; a União Francesa).
- b) Matérias econômicas e financeiras (problemas de modernização e equipamento econômico; comércio exterior da França;

(5) École Nationale d'Administration — Concours et Scolarité — Imprimerie Nationale, Paris, 1955 — págs. 98-99.

Obs.: há, ainda um terceiro grupo de cursos comuns, relacionados com assuntos da África do Norte.

(6) *Idem, idem*, págs. 103 e seguintes.

harmonização das economias metropolitana e coloniais; Comunidade Européia do Carvão e do Aço; Tesouro; moeda; tributação; contabilidade pública; finanças locais).

II — *Seção de Administração Econômica e Financeira.*

Cursos:

- a) Política fiscal.
- b) Os problemas atuais de câmbio e comércio exterior.
- c) As contas econômicas: condições de elaboração e utilização na política econômica.

Seminários:

- a) matérias econômicas e financeiras:
 - Problemas econômicos (no plano internacional; nos planos nacionais de outros países; questões econômicas francesas: estruturas, técnicas de intervenção econômica).
 - Problemas de gestão financeira.
 - Problemas econômicos e financeiros das colônias.
- b) Administração de empresas e questões conexas:
 - Problemas gerais de administração de empresas privadas (formas e evolução; estrutura das grandes empresas modernas; gestão técnica, econômica, comercial, administrativa e financeira; a organização profissional e as intervenções do Estado).
 - Contabilidade.
 - Estudo especial das empresas nacionalizadas.

III — *Seção de Administração Social:*

Cursos:

- a) Os problemas atuais da formação profissional na França.
- b) A medicina e as coletividades públicas e privadas.

Seminários:

- a) Legislação e economia sociais (matérias econômicas e sociais; organização constitucional e administrativa francesa em matéria de legislação social, trabalho e mão-de-obra; problemas internacionais de trabalho e mão-de-obra; seguro social na França e no estrangeiro; financiamento e incidências econômicas do seguro social).
- b) Higiene, saúde pública e população (assistência nas suas diversas modalidades; problemas de saúde pública; a família; estudo de alguns problemas relacionados com a juventude; questões demográficas; regime aplicável aos estrangeiros; problemas internacionais de saúde pública, principalmente a ação da Organização Mundial de Saúde).

IV — Seção de Negócios Exteriores:

Cursos:

- a) As relações políticas dos Estados Unidos e do Extremo-Oriente (China-Japão) de 1920 a 1950.
- b) Os problemas atuais de câmbio e comércio exterior.

Seminários:

- a) Relações internacionais e Direito Público Internacional (Direito Público Internacional; relações internacionais desde 1919).
- b) Geografia econômica e humana, matérias econômicas e financeiras (geografia econômica e humana: a organização econômica internacional etc.; política comercial, problemas financeiros etc.; a incidência dos encargos militares sobre a política econômica e comercial; direito comercial e marítimo).

Concluído o segundo ano, após rigoroso exame, e conhecidos os resultados finais, os estudantes são então destinados aos postos administrativos, ocasião em que exercem, como já ficou dito, a faculdade de escolha, obedecida a classificação e o número de vagas existentes. Algumas carreiras são comuns a todas as seções (auditor do Conselho de Estado), outras são comuns a duas ou três seções (exemplo: auditor do Tribunal de Contas, carreira que não se adota aberta apenas aos estudantes da Seção de Negócios Exteriores), e outras, enfim, são privativas dos alunos de cada seção. (7)

Mas resta-lhes, ainda, um ano de Escola, que compreende, inicialmente, um trimestre para a realização de um "estágio de empresa" e o restante para trabalhos diversos. O estágio em empresa industrial, comercial ou financeira visa proporcionar ao administrador uma oportunidade de conhecer o administrado,

"de mostrar aos alunos quais as dificuldades que encontra a administração, na indústria e no comércio, e que às vezes provêm dela mesma; de fazê-los levar em consideração as preocupações do chefe de indústria, do responsável pelo negócio: a procura do lucro, a noção de prazo, responsabilidades pessoais". (8)

Durante o resto do terceiro ano, a E.N.A. transforma-se, para os estudantes, numa verdadeira escola de aplicação, isto é, os alunos, que já sabem a que serviços ou administrações pertencem, vão ter dirigida a sua aprendizagem para as atividades a que pròximamente se dedicarão.

"Com funcionários dos quadros aos quais pertencem (os alunos), organizamos um sistema, não mais de trabalhos de seminário,

(7) Decreto n.º 45-2.289, de 9-10-45, que fixa as carreiras abertas aos alunos da Escola Nacional de Administração.

(8) HENRY BOURDEAU DE FONTENAY, vide (4).

de conferências, mas práticos. Tais trabalhos são executados seja na Escola, sob a autoridade da qual o aluno continua a ser mandado, seja nas próprias repartições, no desempenho de uma missão ou na realização de visitas ou estágios de informação e aplicação". (9)

* * *

Eis, rapidamente, num esboço em que as minúcias de organização e funcionamento não puderam ser sublinhadas, a mais recente experiência francesa no campo da formação de administradores. Apesar de ainda muito jovem, já goza a Escola Nacional de Administração de alta reputação na França e tem sido objeto, nos últimos anos, de cuidadosa observação por parte de estudiosos e críticos estrangeiros.

Julgamos, destarte, oportuno iniciar a sua divulgação também no nosso meio, onde até agora é pouco conhecida. No exemplo do grande país amigo, cujas admiráveis instituições políticas, jurídicas e administrativas tão marcante influência exercem, no passado, no espírito dos nossos homens públicos, encontrarão, certamente, governantes e administradores do presente, subsídio valioso para resolverem problemas ainda não solucionados.

SUMMARY

1. *The National School of Administration (École Nationale d'Administration), established in 1945, represents one of the achievements of the postwar period in the field of public administration. Its present day prestige, after a decade of existence.*

2. *The French public administration was at one time considered the best in the world. Administrative reorganization imposed by recent factors, viz.: (1) the administrative problems emerged in the period between the two wars; (2) the great conflagration of 1939-45; (3) the postwar period.*

(3). *The necessity of new policies regarding personnel recruitment and selection for the highest administrative positions, comprising the "grand corps de l'Etat" as well as those of the central administration of the ministries. The old policy of separate competitive examinations conducted by several agencies not advisable since (1) it contributed towards the fostering of the guild spirit to the detriment of the general administrative interest, and (2) it did not appeal to every social class of the nation, being reserved to the great "bourgeoisie" a predominant participation in the composition of the "grand corps de l'Etat".*

4. *The reform of 1945 and (1) the creation of the class of civil administrators — the administrative class, and (2) of the class of administrative secretaries — the executive class; (3) the establishment of institutes of political science in several universities; (4) the creation, at the Presidency level, of an organ for the coordination of personnel matters; (5) the institution of a Centre for Advanced Administrative Studies and of a National Foundation for Political Science; (6) the issuing of rules and regulations concerning the activities of the newly created agencies.*

5. *The new National School of Administration; its objectives analyzed. The formation of personnel for the highest administrative positions.*

6. *The National School of Administration and the new system of recruiting "civil administrators" through a single yearly competitive examination of wide repercussion*

(9) Idem, idem.

(which superseded the old system of separate examinations conducted by the several government agencies). The organization of the new system analyzed in detail.

7. The most original characteristics of the National School of Administration: it does not only prepare candidates for the Civil Service but also and especially prepares civil servants through in-service training programmes; the school attendance and the school records of the civil servants, after competitive entrance examinations, will confirm them or not as civil servants as well as will contribute towards their ultimate destination as members of the State Council (Conseil de l'Etat), Audit Court, General Inspectorate of Finance, etc.

8. Admission into the school represents something very real in itself: a career is warranted. The school records, however, are a means to the conquest of the best and most ambitious posts.

9. The three year course of the school, analyzed. The elements (1) teaching and (2) experience (actual work). The formal periods of work during the first school year; the second year and its seminars, technical courses, practical and technical exercises, compulsory language courses and physical education.

10. The several general basic courses, the technical courses and the special courses and seminars, enumerated. The curricula for 1955, discussed.

11. Upon completion of the second year, the students are placed in administrative posts, being entitled to make their choices according to their school records.

12. In the third year, the students have to work for three months in some enterprise. The remaining time is devoted to some sort of administrative work. The third year is, therefore, a year of applied activities.